



São Paulo Previdência  
Presidência

### Ata de Reunião

**Referência:** 161ª Reunião Ordinária do Conselho Fiscal

**Interessado:** São Paulo Previdência

**Assunto:** Conselho Fiscal

Aos 18 (dezoito) dias do mês de novembro de dois mil e vinte e um, nesta cidade de São Paulo, na sala de reuniões da São Paulo Previdência, sito na Avenida Rangel Pestana, nº 300, 12º andar, ala Dom Pedro, às 10h00min, conforme prévia convocação, reuniu-se, virtualmente, o Conselho Fiscal da São Paulo Previdência-SPPREV. Estiveram presentes à reunião, o Presidente do Conselho Fiscal, Samuel Paulo Viana da Silva, o Vice-Presidente do Conselho Fiscal, o senhor Diógenes Francisco Marcelino bem como os Conselheiros Titulares Eugênia Netto de Andrade e Silva Sahd, Roberto Figueiredo Guimarães e Marina Amadeu Batista Bragante. Também estiveram presentes o Diretor de Administração e Finanças, o senhor André Robles, o Gerente de Finanças e Contabilidade, André Carvalho Penafieri, o Gerente de Planejamento e Controle, Marcos de Oliveira Campos, o analista previdenciário, Valdemir Roberto Machado de Moraes e a assessora previdenciária Bruna Stefano Mandrote e a assessora responsável pelo patrimônio imobiliário Silvia Castellari Coimbra. *Inicialmente, o Presidente do Conselho Fiscal* declarou abertos os trabalhos, iniciando-se com a seguinte pauta: Aprovação da Ata da 160ª Reunião; Apresentação - Relatório de Imóveis; Apreciação do Balancete de Setembro de 2021 e Relatório de Investimentos de Outubro de 2021. Depois, foi passada a palavra ao Diretor de Administração e Finanças que comunicou os informes gerais. Neste momento, o Diretor de Administração e Finanças falou sobre a dificuldade que a SPPREV vem enfrentando na contratação de estagiários, após o Estado assinar, por meio da Secretaria da Fazenda, um acordo de cooperação com o CIEE. Com relação ao concurso público da autarquia, foi encaminhada solicitação para autorização da contratação de novos funcionários, via Presidência da SPPREV, sob a justificativa de excepcionalidade na contratação e até o presente momento não houve resposta. André Robles também informou que autarquia está em via de assinar com a DATAPREV a contratação do novo sistema do COMPREV. Por fim, o Diretor de Administração e Finanças comunicou sobre a aprovação recente da 9ª edição do MCASP – Manual de Contabilidade aplicada ao Setor Público. De acordo com o que o Diretor de Administração e Finanças explicou, o MCASP alterou a questão da contabilização da insuficiência financeira, sendo que ficará para o ano que vem a discussão sobre se a insuficiência financeira, que atualmente é considerada como receita ou se, conforme alteração do MCASP, esta deve passar a ser contabilizada apenas como um déficit. Em seguida, foi passada a palavra à assessora Silvia Castellari Coimbra, que fez uma breve explicação, aos novos integrantes do Conselho Fiscal sobre a carteira de imóveis da SPPREV. Assim, Silvia Castellari Coimbra esclareceu que parte dos atuais imóveis foram doada, no final dos anos 50, pelos municípios do Estado de São Paulo a fim de que o IPESP construísse, com seus recursos previdenciários, conforme legislação vigente à época, equipamentos urbanos: escolas, delegacias e afins. Portanto, explicou Silvia Castellari Coimbra, depois de 5 (cinco) anos dessa doação e efetivação da construção desses equipamentos urbanos, tais imóveis deveriam ser vendidos ao Estado. Entretanto, alguns dos terrenos dados que não fossem construídos deveriam ter sido

Assinado digitalmente por MARINA AMADEU BATISTA BRAGANTE - 05/01/2022 às 11:17:42 e ROBERTO FIGUEIREDO GUIMARAES - 06/01/2022 às 11:20:37.

Assinado com senha por PAOLA SPECHOTO CAMARGO - 29/12/2021 às 14:48:52, DIÓGENES FRANCISCO MARCELINO - 03/01/2022 às 18:27:50, SAMUEL PAULO VIANA DA SILVA - 04/01/2022 às 18:02:20 e EUGÊNIA NETTO DE ANDRADE E SILVA SAHD - 27/01/2022 às 11:03:56.

Documento Nº: 31761050-3085 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=31761050-3085>



SPREVATA202100069A

SIGA

São Paulo Previdência  
Presidência

revertidos aos municípios que os doaram, o que não aconteceu e, desta forma, acabaram incorporados ao patrimônio da SPPREV. Fora isso, a legislação autorizou que o IPESP comprasse glebas de terrenos para serem loteados e construídos prédios cujas unidades deveriam ser vendidas aos funcionários públicos. Entretanto, após a Constituição Federal de 1988, foi vedado ao IPESP realizar essa atividade, sendo que os imóveis que foram adquiridos antes da CF/88 acabaram sendo absorvidos no patrimônio imobiliário da SPPREV. Desde o início do ano de 2019 o Governo do Estado está adquirindo alguns imóveis da SPPREV e, fora isso, a SPPREV está procedendo à licitação de outros imóveis, como o localizado à Rua Vergueiro, que foi licitado e vendido recentemente. Sílvia Castellari Coimbra explicou que as licitações dos imóveis são feitas na modalidade concorrência com base no valor de avaliação. Neste momento, o Diretor de Administração e Finanças lembrou que a Lei 8.666/93 prevê que a modalidade licitatória para a venda de imóveis é a concorrência. Conforme consta da lei, o leilão até pode ser feito quando se trata de imóveis inservíveis ou aqueles recebidos por procedimentos judiciais ou dação em pagamento, que não são as hipóteses dos imóveis da SPPREV. Finalizada a apresentação feita pela assessora Sílvia Castellari Coimbra, a Conselheira Eugênia Netto de Andrade e Silva Sahd retomou a questão da insuficiência como déficit e não como receita, indagando qual a previsão do impacto no Balancete. Ainda, a Conselheira quis saber se o Balanço desse ano já será feito no modelo do MCASP, no que André Robles esclareceu que será feito a partir de 2022. No tocante aos impactos para a SPPREV será de contabilização. Em seguida, o Diretor de Administração e Finanças passou a falar sobre o Relatório de Investimentos de Outubro de 2021, oportunidade em que falou sobre os rendimentos positivos no ano, muito embora tenha havido uma queda no mês de outubro. André Robles esclareceu que foram dois os fundos que, neste mês deram negativo. São esses fundos o IRFM1 E IDK2. A Conselheira Eugênia Netto de Andrade e Silva Sahd perguntou se há um limite mínimo para aplicar no IDK2, no que o Diretor de Administração e Finanças respondeu que não há previsão de um limite mínimo. Depois de respondidos os questionamentos sobre o Relatório de Investimentos, foi passada a palavra ao Gerente de Finanças e Contabilidade, que falou sobre a parte Previdenciária do Balancete de Setembro de 2021. Desta forma, André Carvalho Penafieri falou sobre as variações das receitas, apontando uma queda em comparação ao mês anterior. Conforme explicou o Gerente de Finanças e Contabilidade, isso se deve pela queda nas receitas de royalties, pois no mês de agosto houve o em recebimento da participação especial, bem como a queda na insuficiência financeira. O pagamento da 1ª parcela do 13º salário das Universidades, que ocorreu no mês anterior refletiu na insuficiência financeira deste mês. Por outro lado, André Carvalho Penafieri explicou que o que atuou a queda da insuficiência foi o aumento dos outros Poderes, em razão da queda dos royalties, que foram utilizados em maior volume para abatimento da insuficiência financeira dos outros Poderes. Os outros pontos de destaques são a contribuição de ativo e patronal que também houve uma queda, que se refere aos pagamentos do mês anterior como o pagamento do 13º salário das Universidades, de valores atrasados do Tribunal de Justiça e da participação nos lucros dos agentes fiscais de rendas da Secretaria da Fazenda. Na receita do COMPREV também houve uma queda. Com relação à despesa, a liquidada houve um aumento, quando comparado ao mês anterior. Referido aumento se deve, principalmente, em função da regularização de um valor que ficou pendente de liquidação de dotação orçamentária em agosto. Referido valor foi regularizado somente no mês de setembro, refletindo no aumento da despesa. O que mitigou o aumento da despesa foi a queda nas despesas das Universidades, uma vez que o 13º salário foi efetuado no mês de agosto. Também se observou no mês de agosto uma queda com despesas dos pensionistas, com destaque da Secretaria da Fazenda por conta do pagamento da participação nos lucros do mês anterior. Depois, foi passada a palavra ao Gerente de Planejamento e Controle que passou a expor sobre a parte da Administração referente ao Balancete de Setembro de 2021. Assim, Marcos de Oliveira Campos falou sobre a variação da receita, apontando que todos os órgãos e entidades passaram os valores referentes à taxa de administração. Com relação à despesa administrativa houve um aumento, indicando como principais itens o ressarcimento do quadro especial da Secretaria da Fazenda, variações referentes de rescisões contratuais, a parte mais significativa que aumentou foi outros serviços de terceiros - pessoas jurídicas, por conta do contrato de cadastramento com o Banco do Brasil. Sobre esse contrato, o Banco do Brasil apresentou em setembro as medições referentes aos meses de maio, junho, julho sendo aprovadas. Da parte de contratos administrativos, em setembro, houve dois aditivos contratuais para dilatar os

Assinado digitalmente por MARINA AMADEU BATISTA BRAGANTE - 05/01/2022 às 11:17:42 e ROBERTO FIGUEIREDO GUIMARAES - 06/01/2022 às 11:20:37.

Assinado com senha por PAOLA SPECHOTO CAMARGO - 29/12/2021 às 14:48:52, DIÓGENES FRANCISCO MARCELINO - 03/01/2022 às 18:27:50, SAMUEL PAULO VIANA DA SILVA - 04/01/2022 às 18:02:20 e EUGÊNIA NETTO DE ANDRADE E SILVA SAHD - 27/01/2022 às 11:03:56.

Documento Nº: 31761050-3085 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=31761050-3085>



SPREVATA202100069A

São Paulo Previdência  
Presidência

prazos contratuais, bem como 6 (seis) novos contratos. Após, foi passada a palavra a Valdemir Roberto Machado de Moraes, que passou a explicar sobre as providências em relação aos apontamentos da auditoria independente do exercício de 2020. De acordo com o que esclareceu, continuam os 8 (oito) itens pendentes de solução, sem qualquer nova movimentação. Os representantes da Diretoria de Administração e Finanças propuseram que os auditores independentes possam apresentar na próxima reunião os resultados dos serviços de auditoria do 1º semestre de 2021, no que os membros do Conselho Fiscal concordaram. Ao final, esclarecidas as dúvidas, o Balancete de Setembro de 2021 e o Relatório de Investimentos de Outubro de 2021 foi aprovado, por unanimidade, pelo Conselho Fiscal, ficando a próxima reunião ordinária agendada para o dia 17 (dezesete) de dezembro de 2021, sexta-feira, às 10h00min horas.

São Paulo, 29 de dezembro de 2021.

Paola Spechoto Camargo  
Secretária da Reunião  
Conselho Fiscal

SAMUEL PAULO VIANA DA SILVA  
Presidente do Conselho  
Conselho Fiscal

DIÓGENES FRANCISCO MARCELINO  
Vice- Presidente  
Conselho Fiscal

Eugênia Netto de Andrade e Silva Sahd  
Conselheira Titular  
Conselho Fiscal

Roberto Figueiredo Guimaraes  
Conselheiro Titular  
Conselho Fiscal

Marina Amadeu Batista Bragante  
Conselheira Titular  
Conselho Fiscal

